



A Estruturalidade do Racismo e a Conjuntura Brasileira

Temos visto inúmeras análises conjunturais da situação do país após a manobra tucano-pmdbista de impedimento da presidente e a consequente usurpação do cargo. Tal manobra, manipulada pelas redes de comunicação, forte apoio financeiro de grupos de direita e uma ensurdecidora e quase unívoca ojeriza à corrupção, imputa a responsabilidade desta corrupção apenas ao partido da presidente, ignorando a composição do seu governo e os governos anteriores, igualmente corruptos e corruptores.

Logo após a usurpação do cargo e conformação do “novo” governo, ficou explícito o principal objetivo de todas as manobras que culminaram com o impedimento da presidente. Formou-se um ensurdecidor silêncio sobre os inúmeros citados na composição dos ministérios, órgãos de segundo e terceiro escalão e mesmo sobre o ilegítimo presidente. Mas, foram tantas as denúncias e quedas de ministro, que não conseguiram abafar os escândalos. As Casas Legislativas sendo presididas e comissões compostas por políticos denunciados e respondendo a inúmeras acusações, os quais, graças ao foro privilegiado, só serão julgados pelos tribunais superiores, que de um modo geral têm sido lentos nos seus julgamentos. Mas, ética e moralmente deveriam se mostrar impedidos por conflitos de interesse.

O governo ilegítimo não demorou e mostrou para o que veio desde o primeiro momento. E a sua ponte para o futuro, com toda certeza não nos levará a uma nação, aliás, esta nunca foi conformada nestes 128 anos de República. Assim uma série de medidas, decretos e outros artifícios parlamentares manteve uma base praticamente uníssona e coerente com o desmonte do Estado brasileiro, onde medidas provisórias, emendas constitucionais, leis etc., de importância crucial para a nação foram e estão sendo votados a toque de caixa, sem nenhum debate profundo nas Casas Legislativas e com a completa ausência da sociedade civil.

Neste curto espaço de tempo o governo usurpador, emplacou inúmeras medidas de desconstrução social e de agravamento da desigualdade étnico-racial e solidificação da estruturalidade do racismo nacional. A universalidade de suas medidas sem o necessário recorte racial apenas fortalece e resignifica o racismo nacional.

Importante ressaltar que os ataques às medidas sociais de um modo geral e aos pequenos e tímidos passos na busca da cidadania negra, já tiveram início no governo petista-pmdbista, que optou por servir aos banqueiros e agronegócio, seguir à risca a determinação do Banco Mundial e do sistema financeiro internacional, conforme explicitado pelo então candidato Lula na Carta aos Brasileiros, ao declarar expressamente que iria respeitar todos os contratos firmados com o mercado: pagamento religioso dos juros da dívida pública, obediência servil à Lei de Responsabilidade Fiscal, garantia para os investimentos estrangeiros no Brasil, manutenção das privatizações; portanto continuidade da política de FHC.

Dilma deu continuidade a esses ataques e acabou adotando o mesmo programa de Aécio Neves!

Vale destacar que o governo de conciliação de classe manteve o processo de privatização da saúde e a mercantilização da educação com o programa Pátria Educadora. Desviou verbas públicas para as empresas privadas através dos programas PROUNI, FIES mantendo vergonhoso índice de investimento na educação pública e de presente ainda assinou a lei antiterrorismo (PL 13.260/2015), sinalizando para os movimentos sociais que não iria permitir grandes manifestações que pudessem ameaçar a governabilidade das elites. Dessa forma compactuou com a criminalização das lutas sociais, na medida em que tal lei está a serviço de coibir e reprimir as manifestações do povo, em especial nos grandes eventos como ocorreu nas olimpíadas, copa do mundo, agregando a faxina étnica promovida com as ações de remoção da população pobre e majoritariamente negra das áreas no entorno dos eventos da copa.

Aqui é importante destacar a importância do debate do povo negro sobre a realidade do sistema capitalista e como este atua



diretamente na manutenção e fortalecimento do racismo.

Assim sendo, de imediato, o “novo” governo tucano-pmdbista lançou mão de projetos esboçados, mas ainda engavetados pelo governo ao qual, de um modo geral, eram aliados, como a reforma da previdência, reforma trabalhista privatização etc..

Paralelo a todo esse ataque, somam-se as investigações sobre a corrupção, que não se limita apenas a corrupção eleitoral.

Destaca-se que a maior corrupção está relacionada ao Sistema da Dívida.

A corrupção generalizada está impregnada nos quatro grandes poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário e a grande mídia, os quais se unificaram ainda mais em nome de uma pretensa salvação do seu *status quo* em completo descompromisso com o Estado-nação brasileiro. Aprofundam a subserviência e dependência econômica ao sistema capitalista mundial e condenam a população brasileira a um estágio de completa degeneração intelectual, social e política.

A violência dos ataques a que está submetida a população, e em especial a população negra só tem comparação dentro da curta historiografia do nosso país com o período do Império e da primeira Republica, com o completo distanciamento, ou melhor, isolamento da sociedade na definição dos rumos a que o país está sendo levado. Presenciamos o parlamento, com raras exceções, bem como o poder judiciário, usurpando o conceito de democracia e negando à sociedade a participação na definição dos rumos do país. Impõem na lei e na prática, seguramente e de forma arbitrária, alterações significativas na Constituição Federal, sem o menor escrúpulo, em nome do “deus” capitalista.

Não é demais retomarmos alguns fatos históricos em comparação a nossa atual situação, quando a pretensa burguesia ao não mais poder dar sustentação ao escravismo, passou para o partido republicano, garantindo a sua permanência nos centros de poderes e negociando suas benesses a cada pleito de cunho mais social.

Assim vemos na atualidade os inúmeros sacrifícios impostos à população negra, a qual ainda não lhes deu resposta.

A integração do negro à educação, oficialmente só aconteceu na década de 1930, com todos os seus limites para os negros e negras. Com o famigerado golpe militar, vimos ascender a mercantilização da educação, a qual criou novo limite para a inserção do negro à uma educação de qualidade e ao nível superior. Ao estimular a indústria educacional, se fragmentou e desfigurou toda a qualidade do ensino desenvolvido pelas escolas públicas. Com o *boom* desenvolvimentista surgem as Escolas Técnicas para mão de obra especializada para a indústria, resguardando a universidade para estudantes da classe média e alta, obviamente majoritariamente brancos, sendo a presença negra nos espaços universitários uma completa raridade, especialmente nos chamados cursos de ponta.

Repete-se a formula e com menos de 100 anos de integração do negro no processo educacional, este é novamente submetido a uma não educação, onde está limitado ao conhecimento básico e com muito esforço, se passar pela peneira enorme, a cursar um curso técnico.



O número divulgado de cerca de 12 milhões de desempregados em nosso país comprova que os maiores excluídos do mercado de trabalho têm cor e gênero.

Além disso, há que se destacar a luta pela educação pública com qualidade socialmente referenciada.

Portanto **não aceitamos a política educacional que minimaliza os conteúdos escolares subtraindo da educação, valores ímpares do seu currículo, como, filosofia, sociologia, história e o estudo da história, cultura e contribuição dos povos africanos e povos originários.**

É a lógica apregoada pelos governos que se empenham apenas em formar exército de reserva.

A educação pública de qualidade está fora dos programas governamentais. Para a totalidade da população são destinados conteúdos desvinculados da realidade dos alunos e alunas, descontextualizados, os quais, sem conhecer sua história, a história de seu país e uma educação não libertadora, sem desenvolver a capacidade reflexão crítica, serão transformados em apenas peças de reposição de jogos dos poderosos.

A reforma da educação compreende um currículo de 60% obrigatório preenchido pela Base Nacional Comum Curricular e 40% divididos em cinco áreas optativas: 1. linguagens e suas tecnologias; 2. matemática e suas tecnologias; 3. ciências da natureza e suas tecnologias; 4. ciências humanas e sociais aplicadas; 5. formação técnica e profissional, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

Importante frisar dois momentos singulares: o primeiro que antecede a própria reforma educacional, que foi o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, logo, todo e qualquer gasto na implementação da referida reforma será custeado com um orçamento que não será alterado durante este período, o segundo e tão significativo é a cumplicidade do STF – Supremo Tribunal Federal que rejeitou diversas ações de inconstitucionalidade, inclusive da Procuradoria Geral da República, respaldando a ausência de democracia e a alteração de questões fundamentais para a sociedade através de Medidas Provisórias.

Esta reforma está de acordo com a concepção de país que o atual governo representa, de subalternidade aos mecanismos econômicos e de completo desrespeito a autonomia do Estado brasileiro, condenando a sociedade a um estágio de indigência intelectual, fragmentando e congelando centros de pesquisas em uma dependência cega.

Não obstante, o favorecimento ao capital em detrimento de toda a sociedade segue de forma predatória, com perdões de dívidas milionárias, como as dívidas de 2 bilhões das empresas de planos de saúde, perdão de 200 bilhões de empresários, doação de 100 bilhões para as empresas de telecomunicações, inclusive cedendo por 20 anos a estrutura funcional deste ramo, aumento de 41% para o Poder Judiciário, flexibilização das ações de enfrentamento ao trabalho escravo, desmatamento e ocupações de terras quilombolas e dos povos originários, que aguardam desde a promulgação da Constituição Federal a regulamentação/demarcação de suas terras. E ainda promove junto ao Congresso o aumento de cargos de confiança, em uma completa falta de sintonia com o discurso que impôs o estrangulamento da receita por 20 anos.

Esta sequência de favorecimento ao capital em detrimento da sociedade brasileira por si só já é suficiente para uma grande revolução. No entanto, continuamos amedrontados como se não nos atingisse, seja pelo grande refluxo que se abateu em todos os setores sociais, seja por não termos ainda percebido o quanto de prejudicial tais ações são para o país e seus cidadãos e cidadãs. Porém, a desconfiguração da Constituição Federal, segue e encontra-se em pauta a proposta da reforma trabalhista e da previdência, as quais reconfiguram o trabalho na condição análoga ao escravismo.

Está explícito a todos nós que o governo brasileiro abandonou de uma vez por todas o compromisso que deveria ter com o Estado e seus cidadãos e cidadãs e se colocou direta e explicitamente comprometido com o favorecimento do grande capital e de uma parte da população que não necessita trabalhar.

O exercício parlamentar foi transformado em profissão. Além disso a grande maioria se utiliza dos cargos nos poderes da República, para que de forma alheia às suas funções, locupletem-se no atendimento aos interesses de empresários e políticas econômicas diretamente conflitantes com os interesses nacionais e dos seus concidadãos, deixando de lado a função as quais lhes foram destinadas diante dos cargos que ocupam.

Paralelo a tudo isso intensifica-se a criminalização de todos/todas que sonham e lutam por um país cidadão, ou seja, ao lado dos inúmeros e onerosos ataques à *patria brasilis*, os lutadores e lutadoras sociais são criminalizadas e condenadas penal e financeiramente por lutar por seus direitos violentamente retirados.



Assim, foram nas manifestações de junho de 2013, nas manifestações contra a copa, nas olimpíadas e mais recentemente nas manifestações dos estudantes contra a reforma educacional e na luta dos policiais militares e de suas famílias, em um completo desrespeito com a democracia e com os anseios da sociedade. Um quadro de verdadeira intolerância com a democracia! Há uma parceria fundamental entre os poderes Executivo e Judiciário na coibição e punição daqueles que lutam, com a aquiescência do Legislativo e apoio integral da grande mídia.

É neste quadro de completa degenerescência política que vemos os ataques que continuam na destruição de qualquer principio mínimo de cidadania, através dos ataques aos direitos sociais expressos na reforma da previdência e reforma trabalhista. Essas duas contrarreformas procuram destituir os trabalhadores e trabalhadoras de seus direitos mínimos em favorecimento ao grande capital.

Neste sentido o governo e a justiça se negam à cobrança dos impostos devidos pelos sonegadores, se negam à implementação de um imposto sobre grandes fortunas e mesmo no caso específico da Previdência Social, ignora solenemente mais de 416 bilhões devidos pelas empresas ao INSS, um valor que é três vezes maior do que o chamado deficit da previdência, ou seja, mesmo hoje com vários estudiosos, institutos afirmando a inexistência de deficit na previdência, apenas com a cobrança das dividas das empresas junto ao INSS, este valor não apenas cobriria o dito rombo, como também sanearia e possibilitaria investimentos no setor previdenciário.

Por outro lado, não podemos ignorar que este setor colocado pelo governo como deficitário, desde 1994, ou seja, desde o governo FHC contibui com 20% para o antigo Fundo Social de Emergência, atual DRU – Desvinculação das Receitas da União, a qual em 2016 teve o seu valor ampliado para 30% e foi estendida para os Estados e municípios, para que os Executivos possam retirar das verbas vinculadas por lei à educação, saúde, previdência e assistência social dentre outras, e destinar para outras atividades, em especial para pagar juros da dívida pública.

Como um setor deficitário pode contribuir com 30% do seu orçamento em pagamentos da dívida? Ao desvincular verbas de setores estratégicos como educação e saúde, não estão os parlamentares condenando exatamente a condição de cidadã da população? Qual setor desta população será mais atingida?

***“A carne mais barata do mercado
é a carne negra”.***

As reformas em curso não deixam dúvidas sobre quem mais será atingido, ou seja, dar-se-á a continuidade da estruturalidade do racismo nacional, condenando futuras gerações da comunidade negra ao trabalho análogo ao escravo, sem qualquer perspectiva de chegar à aposentadoria, uma inserção no mercado de trabalho cada vez mais dificultada com o rebaixamento do sistema educacional e uma inexistência de investimento em pesquisa e na infraestrutura industrial do país.

Ao estabelecer a idade mínima de 65 anos para dar entrada na aposentadoria e vinculada a 49 anos seguidos de contribuição, o governo está estabelecendo que o trabalhador e a trabalhadora terão que iniciar suas atividades laborais aos 16 anos. <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jcnasruas/2015/10/09/trabalho-infantil-cresce-em-pernambuco-e-motiva-acao-judicial-no-recife/>

Outro aspecto de extrema importância se encontra na expectativa de vida por região, onde a diferença chega a ser de 07 anos, consequência histórica do desenvolvimento desordenado do país, com favorecimentos de umas e abandono de outras regiões, alimentando coronelismos políticos e ausência do Estado.

Paralelo também encontramos o fim da diferença de 05 anos entre homens e mulheres na aquisição da aposentadoria, não apenas desconhecendo as desigualdades existentes como também nivelando por baixo as condições mínimas de sobrevivência da mulher brasileira, com especificidade para as mulheres das regiões norte e nordeste.



E, ainda mais agravante a redução das pensões, onde a pessoa poderá receber apenas uma pensão por morte e no caso da pessoa que tiver na ativa, poderá acumular apenas uma pensão e quando da sua aposentadoria deverá optar entre sua própria aposentadoria ou a pensão a que tem direito, o que significa redução direta do nível de vida.

Como já citamos anteriormente, o pacote de penalização da sociedade não se encerra nesta PEC da Contrarreforma da Previdência. Para além de desonerar os encargos de governo com os cortes de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e redução de investimentos, urge para o desgoverno tucano-pmdbista a desregulamentação da CLT, através da PEC 300/2016. Essa PEC aumenta a jornada de trabalho para até 10 horas diárias e estabelece o negociado sobre o legislado, em outras palavras, podemos dizer que restabelece o trabalho escravo ou análogo à escravidão onde o trabalhador deverá trabalhar 10 horas por dia, podendo ser exigidas mais duas horas diárias como horas extras e ainda sem que tenha uma legislação que lhe dê garantias, pois o que intermediará tais transações serão os Acordos Coletivos.

É importante reafirmarmos que todo este pacote de maldade ao qual toda a sociedade brasileira está sendo submetida segue a lógica de atender as determinações do Banco Mundial e seu sistema financeiro: prevalece a entrega do patrimônio industrial e de infraestrutura do país; flexibiliza e presenteia ao grande capital com perdões de dívidas das grandes empresas e banqueiros e negociações a perder de vista; amplia a atuação do capital estrangeiro em pontos estratégicos da nossa sociedade como a saúde; entrega da infraestrutura mineral como o pré-sal e o aquífero Guarani. É a completa desresponsabilização do Estado das suas funções básicas na manutenção de uma cidadania mínima. Fica evidente quem são aqueles e aquelas que estarão ainda mais sacrificados no seu cotidiano, somos nós negros e negras que vivemos historicamente na base estrutural desta sociedade racista.

Ao assistirmos o exercício da plutocracia de estado, onde a corrupção é endêmica, estabelecer a ampliação do fosso social existente, impor o fim da não consolidada democracia e de uma incipiente política de inclusão social, está óbvia a ampliação da estruturalidade do racismo nacional.

Portanto, não é possível a continuidade da inércia a que se submeteu a comunidade negra, limitada a ações de políticas públicas no interior de governos municipais e estaduais quando as bases político-econômicas nos foram vedadas. Não haverá uma real política inclusiva sem que seja revista radicalmente toda a política econômica do Estado brasileiro, iniciando com uma auditoria da dívida pública, que hoje garante cerca de 50% do orçamento executado federal para pagamento de juros e “amortizações”.

Faz-se necessária também auditorias estaduais e municipais de tais dívidas, fiscalização, controle e responsabilização de gastos públicos irregulares e em caso de condenação, repatriação/ressarcimento destas verbas, garantindo assim um fundo público de investimento de inclusão social, com ênfase em uma educação pública de qualidade e laica, que garanta à sociedade a construção de um senso crítico, para que pense o seu futuro. Faz-se necessário o reconhecimento da estruturalidade do racismo em nossa sociedade e que sua superação só é possível diante de uma combinação da luta racial com o combate direto ao sistema capitalista, em um enfrentamento já descrito a meio século atrás por Florestan Fernandes, como um combate unificado de raça e classe, para a superação do estágio de degradação social imposto por esta fase do programa neoliberal.

O entendimento da urgência desta retomada, não apenas urge para os negros e negras, mas para todos os lutadores e lutadoras que ainda se negam a entender a necessidade da revolução brasileira e a necessária inclusão na sua transversalidade das pautas étnicas (negras e povos originários), de gênero, LGBTTT's dentre outras, pois não existe revolução sem povo.

Os negros e negras, que vivem na estruturalidade do racismo, marginalizados historicamente não podem ser ignorados neste momento de aumento e ampliação dos ataques capitalistas e racistas. A incompreensão dessa necessidade pouco difere da ação direta de marginalização e racismo expressa diretamente pelo Estado e prioriza erroneamente a luta corporativa, contribuindo cada vez mais na fragmentação das possibilidades de uma vitória revolucionária.

Por fim, neste 21 de março, **Dia Internacional de Luta Contra o Racismo**, vimos registrar este chamado à construção da Revolução Brasileira, através da retomada da unidade necessária para a derrocada do projeto de dependência e subserviência aos interesses articulados das elites nacionais e internacionais em detrimento do Brasil e da nossa América.

